

O processo de proletarianização e a transição da fecundidade no Brasil*

*Paulo de Tarso Almeida Paiva***

Este artigo procura avaliar o impacto das mudanças na organização do trabalho sobre os níveis de fecundidade no Brasil. Sugere que o sistema não-assalariado de trabalho (colonato, parceria, etc.) foi responsável pela estabilidade da fecundidade no período pré-transicional. Famílias maiores podem ter contribuído para reduzir os custos de subsistência e as variações na estrutura de preços relativos não teriam causado efeitos negativos sobre o padrão de vida.

A proletarianização da força de trabalho significou redução nos benefícios advindos da produção doméstica, tornando desvantajosas as famílias numerosas. Este processo significou a monetização no acesso aos bens de subsistência, a diversificação do consumo e a homogeneização do mercado de trabalho não-qualificado. Argumenta-se que tais mudanças desestabilizaram os níveis de fecundidade e favoreceram o rápido declínio da fecundidade no Brasil desde o final dos anos 60.

1. Introdução; 2. Alguns aspectos da regulação social da fecundidade; 3. Auto-regulação da fecundidade no Brasil: a economia de subsistência; 4. Condições de estabilidade da fecundidade; 5. A desestabilização da fecundidade; 6. À guisa de conclusão.

1. Introdução

As evidências empíricas disponíveis indicam que os níveis agregados de fecundidade no Brasil entraram em uma tendência de declínio rápido a partir, possivelmente, da metade da década de 60, depois de um período de 40 a 50 anos de

* Este trabalho é uma versão modificada de O processo de proletarianização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil, apresentado à VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Reprodução Humana da Comissão de População e Desenvolvimento Econômico da Clacso, realizada na cidade de Cuernavaca, México, 1982. Uma versão em inglês foi apresentada ao Encontro Anual da Population Association of America, em Minneapolis, maio de 1984. As idéias aqui apresentadas resultam de profícuas discussões com vários colegas de diferentes instituições. O autor gostaria de agradecer particularmente a Vilmar Faria, José Alberto Magno de Carvalho, Elza Berquó, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Joseph Potter, Brígida Garcia, Maria Coleta de Oliveira e Donald Sawyer por seus comentários e sugestões. Os erros e omissões são de responsabilidade do autor.

** Professor no Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

relativa estabilidade.¹ Isto sugere que ocorreram modificações que teriam induzido a uma desestabilização dos níveis de fecundidade no longo prazo. Neste capítulo, tento discutir as condições responsáveis pela estabilização e as que teriam determinado a desestabilização.

Tento relacionar a transição da fecundidade a mudanças institucionais que me parecem relevantes. Procuro argumentar que o processo de proletarização não significa apenas o assalariamento da mão-de-obra, mas também mudanças na forma de acesso aos meios de subsistência. Assim, sugiro que se deveriam examinar tanto as mudanças no mercado de trabalho quanto no mercado de bens de subsistência para se entenderem as possíveis inter-relações entre o processo de proletarização e a transição da fecundidade.

Este ensaio está organizado da seguinte maneira: o item 2 apresenta alguns aspectos da regulação social da fecundidade no período pré-transicional e suas mudanças ao longo do tempo. O item 3 analisa como a economia de subsistência no Brasil generalizou um padrão de alta fecundidade. O item 4 tenta sugerir as condições para a estabilidade do tamanho médio de família no período pré-transicional no Brasil. O item 5 enfoca as mudanças institucionais que teriam provocado a desestabilização e o item 6 apresenta as conclusões.

2. Alguns aspectos da regulação social da fecundidade

Um dos aspectos mais interessantes do estudo da reprodução humana é a manutenção dos níveis de fecundidade abaixo do limite economicamente possível, dada a disponibilidade de recurso, no período pré-industrial em algumas regiões da Europa Ocidental, como na Inglaterra.² Isto ocorreu sem a prática daquilo que atualmente é conhecido como o controle deliberado da natalidade e permitiu a estas populações atingir níveis de vida superiores aos de outras regiões com uso de tecnologia e disponibilidade de recursos aparentemente semelhantes.

Tentativas de interpretação do regime pré-transicional da fecundidade podem ser classificadas em três grupos diferentes de hipóteses.

¹Os principais trabalhos que inicialmente discutiram a rápida queda da fecundidade no Brasil são: Berquó, Elza. Algumas indagações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil. Apresentado à Sexta Reunião do Grupo de Trabalho sobre Reprodução Humana da Comissão sobre População e Desenvolvimento Econômico da Clacso, em Teresópolis, 1980; Magno de Carvalho, José Alberto. Evolução demográfica recente no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10 (2): 527-54, ago. 1980. A hipótese a respeito do impacto do processo de proletarização sobre os níveis de fecundidade apareceu inicialmente em: Paiva, Paulo. Algumas hipóteses sobre as relações entre a proletarização e fecundidade no Brasil. *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia*. Brasília, Anpec, 1980. v. 1, p. 331-80. Posteriormente, esta análise apareceu em: Magno de Carvalho, José Alberto; Paiva, Paulo & Sawyer, Donald. The recent sharp decline in fertility in Brazil: economic boom, social inequality and baby bust. México, The population Council, 1981. (Working Paper nº 8.) — a sair também em: Mauldin, W.P., (ed. *Fertility decline in developing countries; case studies*. Finalmente, uma recente interpretação da queda da fecundidade no Brasil está em: Merrich, Thomas W. & Berquó, Elza. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington, National Academy Press, 1983.

²Ver: Wrigley E.A. & Schofield, R.S. *The population history of England: 1541-1871*. London, Arnold, 1981.

O primeiro entende a dinâmica da população sob um sistema de homeostase demográfica dirigida pela mortalidade.³ De acordo com Lesthaeghe, este “(...) regime demográfico consiste não apenas de uma combinação particular de parâmetros de mortalidade, fecundidade, nupcialidade e migração, através dos quais o tamanho, a densidade e o crescimento da população se ajustam aos recursos, mas também de mecanismos capazes de restabelecer o equilíbrio quando o sistema for perturbado por um choque exógeno.”⁴

Wrigley, fazendo um paralelo à mão invisível de Adam Smith, usa o conceito de racionalidade inconsciente para explicar este mecanismo cujos benefícios são mais comumente relacionados com o grupo e não com os indivíduos isoladamente.⁵ Esta linha de interpretação isola, de certa forma, a dinâmica demográfica de suas inter-relações com os processos sociais e econômicos. Ao referir-se às possíveis relações, faz-se dentro de uma perspectiva sistêmica onde a interdependência não permite um entendimento mais específico dos fatores mais diretamente determinantes das variações no número de filhos por mulher.

O segundo grupo de interpretação aponta vários aspectos estruturais da forma de organização da produção como o *locus* dos determinantes do comportamento demográfico. Particularmente em relação à fecundidade, Tilly, por exemplo, observa que:

“(...) o grupo doméstico camponês na Europa (ou a comunidade camponesa, ou ambos) funcionava como um mecanismo eficiente de controle populacional, ajustando cuidadosamente as oportunidades de casamento e a procriação ao número de pessoas que a terra pudesse sustentar”.⁶

Se este autor enfatiza a organização camponesa como fator de controle da expansão do número de filhos, outros autores apontam o papel da organização doméstica de produção na determinação do tamanho da família, através da análise do valor do trabalho dos filhos.⁷

Caldwell sugere que:

“(...) alta fecundidade é benéfica para a família camponesa como um todo e para seus membros mais poderosos. Desde que se mantenham intactas as relações internas do modo de produção familiar, a fecundidade marital não será controlada para o propósito de limitar o tamanho da família”.⁸

Este autor baseia seu argumento não somente nas vantagens econômicas

³Wrigley, E.A. Fertility strategy for the individual and the group. In: Tilly, C., ed. *Historical studies of changing fertility*. Princeton, Princeton University Press, 1978. p. 135.

⁴Lesthaeghe, Ron. On the social control of human reproduction. *Population and Development Review*, 6 (4): 528, Dec. 1980.

⁵Ver: Wrigley, E.A. op. cit. p. 135-6.

⁶Tilly, Charles. op. cit. p. 22.

⁷Para uma revisão deste argumento, ver: Potter, Joseph. Effects of societal and community institutions on fertility. In: Bulatao, Rodolfo A. & Lee, Ronald D., *Determinants of fertility in developing countries*. New York, Academic Press, 1983. v. 2. p. 627-65.

⁸Caldwell, John. A theory of fertility. From high plateau to destabilization. *Population and Development Review*, 4 (2): 553-77, Dec. 1978.

advindas do trabalho dos filhos mas, sobretudo, no uso de autoridade e poder para a manutenção do modo de produção.⁹

O terceiro grupo de interpretação consiste nas contribuições que enfatizam o papel das instituições na formação do comportamento reprodutivo pré-transicional e apresentam críticas tanto às hipóteses da homeostase demográfica quanto à determinação puramente estrutural.

De um lado, Lesthaeghe observa que a dinâmica demográfica é parte de uma “homeostase mais ampla relacionada com o sistema social inteiro”.¹⁰ Diz ele:

“(...) a homeostase demográfica pré-transicional pode ser vista como um resultado da continuidade e do grau de integração do sistema social no qual os recursos (incluindo o acesso e uso do potencial reprodutivo) são apropriados como função da idade e provém como suporte tradicional da autoridade e do controle. Nas sociedades primitivas, o estabelecimento de sistemas de troca resultante da apropriação de recursos e de divisão do trabalho é suficiente para que ocorra uma mudança, no processo de regulação demográfica, de *checks* positivos para *checks* preventivos. Em um dado nível de tecnologia, um alto nível de integração social com um sistema de troca mais eficiente leva a uma enorme preponderância dos *checks* preventivos devido à difusão dos riscos sobre uma base populacional maior. Um forte sistema de controle da comunidade e um código cultural medianamente monolítico asseguram a manutenção de *checks* preventivos, não tanto como um fim em si mesmo, mas como um resultado lógico da manutenção geral da estrutura social prevalecente.”¹¹

Diferentemente de Caldwell, que centra sua análise na família, Lesthaeghe enfatiza a comunidade como um todo e aponta o sistema de trocas como favorecendo à formação de um comportamento demográfico onde o controle do tamanho da família é realizado através dos nascimentos, independentemente da forma de organização da produção.

De outro lado, alguns autores criticam a ênfase na organização da produção como relevante para a determinação do comportamento reprodutivo. Macfarlane chega mesmo a colocar em dúvida a existência do campesinato na sua forma clássica na Inglaterra depois do século XII.¹² Richard Smith, com base no caso inglês, tenta mostrar o efeito do sistema de criadagem (*servant*) na formação dos domicílios.¹³ Smith minimiza o peso dos filhos como fonte de trabalho familiar, uma vez que era prática comum na Inglaterra enviá-los para trabalhar como criados (*servants*) em outras fazendas. Ele argumenta que: “(...) agora sabemos que, no início da era moderna, na Inglaterra existia um sis-

⁹Ver, por exemplo: Caldwell, John. The mechanism of demographic change in historical perspective. *Population Studies*, 35 (1): 5-27, Mar. 1981, especialmente p. 9-10.

¹⁰Lesthaeghe, Ron. op. cit. p. 530.

¹¹Id. ibid. p. 543.

¹²Ver: Macfarlane, Alan. *The origins of English individualism*. Oxford, Basil Blackwell, 1978.

¹³Smith, Richard. Fertility, economy and household formation in England over three centuries. *Population and Development Review*, 7 (4): 595-622, Dec. 1981. Ver especialmente p. 602.

tema de parentesco que não privilegiava mais o esposo do que a esposa no casamento — um produto da idade mais velha na qual homens e mulheres se casavam e constituíam um domicílio como unidade economicamente independente. Aquela sociedade possuía também uma força de trabalho com alta mobilidade e somente velada segmentação sexual, porque tanto os homens quanto as mulheres eram capazes de atuar com relativa liberdade na venda de seu trabalho e na administração de seus recursos. Os filhos não eram necessariamente uma fonte importante quer de trabalho quer como segurança na velhice dos pais.”¹⁴

A idéia de que algumas instituições podem afetar o processo de formação da família não necessariamente deve conflitar com interpretações calcadas no estudo das formas de organização da produção. Ao contrário, podem qualificá-las e auxiliar na identificação de mecanismos mais concretos através dos quais os processos sociais e econômicos afetam a formação da família.

Parece-me, contudo, que alguns aspectos desta discussão têm sido negligenciados na literatura. A questão mais interessante em relação aos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, não se prende tanto aos níveis da fecundidade pré-transicional, se altos ou baixos, mas a uma certa estabilidade no tamanho médio da família,¹⁵ principalmente quando as condições gerais de vida parecem melhorar ao longo do tempo. De acordo com as hipóteses que sustentam que, nas organizações domésticas de produção, o resultado líquido dos custos e benefícios dos filhos é positivo, seria de se esperar um aumento no tamanho médio da família à medida que o padrão de vida se eleva e a mortalidade infantil cai. Acredito que o argumento das vantagens econômicas advindas de um número maior de filhos sobreviventes deva ser qualificado. Do ponto de vista dos pais, o saldo líquido dos custos e benefícios de cada filho não é o mesmo ao longo do ciclo vital da família. Os primeiros filhos que chegarão à idade adulta antes da morte dos seus pais darão uma contribuição maior à família do que aqueles nascidos mais tarde, que serão ainda muito jovens (ou mesmo crianças) quando da ruptura da família pela morte de um dos pais. Assim, do ponto de vista estritamente econômico, haveria um tamanho ótimo de família, dadas as idades médias do início (primeiro casamento) e final (morte ou separação) da vida familiar. A manutenção do tamanho médio da família em torno deste tamanho ótimo não pode ser pensada somente através de prática deliberada de controle de natalidade, mas, sobretudo, através de arranjos institucionais que possibilitariam a manutenção de um dado padrão familiar do trabalho (trabalho familiar e não individual), a prática de casamento em determinada idade, a existência ou não de família nuclear, padrões de migração, etc., ao condicionar os diversos eventos demográficos, contribuíam para a manutenção de uma certa estabilidade no tamanho da família.

¹⁴Id. *ibid.* p. 618.

¹⁵Tamanho de família é usado neste ensaio como o número médio de filhos que sobrevivem à idade adulta. Padrão de família é a combinação de taxas específicas de fecundidade e níveis de mortalidade que resultam em um dado tamanho médio de família.

Outro aspecto que me parece importante para a manutenção desta estabilidade é a ausência de relações monetárias no acesso aos meios de subsistência na organização doméstica de produção. O padrão de consumo de uma família camponesa típica, que produz seus bens de consumo, não é muito diversificado (na sua pauta de consumo incluem-se basicamente alimentos *in natura*, vestuário e habitação). Esta família tem acesso a esses bens através do seu próprio trabalho. Não os adquirindo no mercado, esta família está protegida contra as suas flutuações (variações de preços, mudanças na quantidade e nos produtos ofertados, etc.). Nos casos onde a produção de alimentos é relativamente diversificada (incluindo arroz, feijão, milho, galinhas, porcos e laticínios), mesmo o efeito de variações climáticas pode ser relativamente atenuado.

Parece-me que a literatura que cuida da análise econômica da família no período pré-transicional concentra-se apenas na análise do mercado de trabalho discutindo as vantagens e desvantagens dos filhos como fonte de trabalho (produtores). Pretendo sugerir que se deve olhar também para o mercado de consumo — a forma de acesso aos bens de subsistência, a pauta de consumo e a ausência de relações monetárias agindo como uma certa barreira à estabilidade do padrão de vida familiar. Usando a sugestão de Lesthaeghe mencionada anteriormente, a ausência de relações de troca no acesso aos bens de subsistência reduzia os riscos das variações de preço e quantidade disponíveis destes bens. A implicação deste argumento para o período transicional é que o acesso aos bens de subsistência através do mercado irá desestabilizar o tamanho de família.

A queda ou o aumento dos níveis de fecundidade dependerá da conjugação de outros fatores.

Uma das divergências em relação ao início do período da transição refere-se exatamente às previsões sobre se os níveis de fecundidade devem subir ou cair. Estas divergências decorrem das interpretações diferentes sobre o período pré-transicional.

Vários autores enfatizam as mudanças nas relações sociais de produção como o elemento básico para se entender a transição da fecundidade. Caldwell, por exemplo, afirma que:

“(...) o estudo de transição da fecundidade é o estudo da transformação da produção familiar na produção através do mercado de trabalho, da sociedade tradicional na sociedade moderna”.¹⁶

Tilly vê este mesmo processo como tendendo a enfraquecer o sistema camponês de controle populacional.¹⁷ Este autor avança mais suas previsões ao dizer que:

“as populações mais pobres do mundo, economicamente dependentes, estão repetindo a experiência demográfica dos segmentos proletários de população ru-

¹⁶Caldwell, John. The mechanisms of demographic... cit. p. 27.

¹⁷Tilly, Charles. op. cit. p. 22.

ral do Ocidente, sob condições de mais completa proletarianização e penetração mais profunda do capitalismo em relação ao que ocorreu no Ocidente Rural”.¹⁸

Parece-me que a hipótese de que o processo de proletarianização levaria a um aumento nos níveis de fecundidade nos países hoje subdesenvolvidos dependeria da comprovação de que nesses países a fecundidade pré-transicional seria tão baixa quanto a dos países da Europa Ocidental.

De outra forma, se a proletarianização leva invariavelmente a um aumento nos níveis de fecundidade, independentemente das condições demográficas preexistentes, este não é um processo sócio-econômico relevante para o estudo da transição da fecundidade.

O ponto de vista de Caldwell diverge do de Tilly. Caldwell sugere que a transição da produção doméstica para a produção capitalista levaria à desestabilização e ao declínio da fecundidade.¹⁹ As hipóteses de Caldwell acerca de transição da fecundidade estão centradas principalmente na idéia da reversão dos fluxos intergeracionais de riqueza — no período pré-transicional dos filhos para os pais e no período transicional dos pais para os filhos. Este autor sugere que o processo de “ocidentalização” é o principal determinante do declínio no valor dos filhos.²⁰

As divergências nas hipóteses destes autores sobre o impacto do processo de proletarianização sobre os níveis de fecundidade decorrem, inicialmente, da visão que eles têm do período pré-transicional. Tilly, de um lado, parte da experiência inglesa, onde a organização camponesa parece ter-se constituído em forte mecanismo de regulação da fecundidade através da prática de casamento tardio. Por outro lado, Caldwell parte das experiências africanas e asiáticas, de sociedades relativamente fechadas e com prática de casamento em idades muito jovens. Em segundo lugar, estas divergências se relacionam, também, com o entendimento diferente dos autores sobre os mecanismos através dos quais o processo de proletarianização afetaria os níveis de fecundidade. Tilly enfatiza o rompimento do sistema de auto-regulação da fecundidade enquanto Caldwell aponta para a queda no valor dos filhos através, principalmente, de mudanças nos sistemas de dominação e valorização na família.

Esta discussão sobre um possível aumento ou uma possível queda da fecundidade através da transição da produção doméstica para a produção capitalista torna-se vital quando se pretende teorizar sobre a especificidade da dinâmica demográfica em cada modo de produção.²¹ Quando a questão central é a transição da fecundidade, parece-me que crucial não é saber se o processo de proletarianização determina *a priori* a queda ou o aumento dos níveis de fecundi-

¹⁸Id. *ibid.* p. 22-3.

¹⁹Caldwell, John. *A theory of fertility...* cit.

²⁰Caldwell, John. *A theory of fertility...* cit.; *The mechanisms of demographic...* cit.

²¹Para um enfoque marxista à transição demográfica, ver, por exemplo: Secombe, Wally. *Marxism and demography. New Left Review*, (137): 22-47, jan./feb. 1983. E para uma crítica a este enfoque, ver: Smith, Richard. *op. cit.*

dade, mas como este processo desestabiliza os níveis de fecundidade.²² Neste sentido, considerando as condições específicas do padrão de vida da população — vivendo em torno dos níveis de subsistência fisiológica e com uma pauta de consumo muito pouco diversificada — a relação entre tamanho de família e disponibilidade de recursos é totalmente relevante.

Assim, a forma de acesso aos meios de subsistência pode ter um impacto significativo sobre o nível familiar de consumo. Independentemente da organização do mercado de trabalho e de mudança no valor dos filhos como fonte de trabalho, é importante se analisarem os efeitos do desenvolvimento de um mercado de bens de subsistência. O acesso aos bens de subsistência através do mercado expõe a família às flutuações de preços e eventualmente a mudanças no seu padrão de consumo. A monetização de subsistência destrói a estabilidade do tamanho da família do período pré-transicional. Não ocorre, todavia, um desenvolvimento simultâneo nos dois mercados de maneira a garantir que as famílias que teriam de recorrer ao mercado de bens para sua subsistência seriam aquelas assalariadas. Do contrário, a especialização da produção e desenvolvimentos diferenciados dos dois mercados indicam que, mesmo sob a produção doméstica, várias famílias compram seus bens de subsistência no mercado.

3. Auto-regulação da fecundidade no Brasil: a economia de subsistência

Os níveis de fecundidade no Brasil, aparentes na literatura, parecem indicar a ausência do uso de métodos anticoncepcionais em larga escala na população até, seguramente, 1950. Assim, a variação no número médio de filhos por mulher ao final de seu período reprodutivo seria dada pela variação nos intervalos entre concepções que dependem, entre outros, de fatores fisiológicos, dos níveis de mortalidade fetal e infantil e dos hábitos de amamentação. As taxas brutas de natalidade dependeriam, ainda, da estrutura etária da população, dos níveis de mortalidade das mulheres até o final do período reprodutivo e das taxas de matrimônio, se as taxas de nascimentos ilegítimos fossem desprezíveis ou constantes.

Os níveis de fecundidade no período pré-transicional seriam afetados por fatores demográficos e econômicos. As condições demográficas que favoreceriam a ocorrência de altos níveis de fecundidade seriam os níveis de mortalidade e a imigração internacional no final do século XIX.

As estimativas de mortalidade da população brasileira indicam que a esperança de vida ao nascer no final do século XIX estaria entre 27,3 a 33,9 anos.²³ Com este nível de mortalidade, do ponto de vista econômico, a população só cresceria se o pai, em média ao morrer, já tivesse um filho que o substituisse em suas atividades na produção de alimentos. Por exemplo, ao atingir os

²²Caldwell, John. A theory of fertility... cit.

²³Merrick, Thomas W. & Graham, Douglas H. *Population and economic development in Brazil*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1979. p. 42.

30 anos de idade, o pai já tivesse um filho com, aproximadamente, 10 a 12 anos. Assim, para o nível de mortalidade estimado para a segunda metade do século XIX, a população brasileira teria de ter um padrão de casamento em idade bem jovem. A mortalidade parece ter sido a variável determinante dos processos demográficos no Brasil.

As imigrações internacionais podem ter afetado tanto os níveis de mortalidade quanto de fecundidade, embora seja difícil estimar os seus efeitos. Por exemplo, um aumento na razão de masculinidade (total de homens dividido pelo total de mulheres) da população adulta (20-29 anos) poderia reduzir a idade do casamento das mulheres independentemente dos níveis de mortalidade e, em consequência, afetar positivamente as medidas de fecundidade, se não houvesse controle deliberado da fecundidade. Esta razão aparece praticamente estável nos censos demográficos do Brasil (varia de 1,01 em 1872 para 0,98 em 1970). Resta a possibilidade de ter havido um aumento desta razão nas regiões que receberam imigrantes, ou mesmo apenas entre os imigrantes, o que poderia ter afetado as taxas de fecundidade, se houvesse uma propensão dos imigrantes a se casarem apenas dentro de seus grupos étnicos.

Existem indicações de diferenças entre os níveis de fecundidade no Brasil e dos países de origem dos imigrantes. Tilly²⁴ observa que os níveis de fecundidade pré-industrial na Itália, França, Espanha e Portugal eram relativamente baixos, talvez devido à alta proporção de camponeses na população destes países, nesta época. A grande maioria dos imigrantes brasileiros era originária desses países (Portugal, Espanha e Itália). Pode-se supor que, chegando ao Brasil, os imigrantes mantiveram o comportamento reprodutivo de seus países de origem e, ao passar do tempo, se ajustaram às condições específicas deste país. Contudo, parece mais plausível supor-se que os imigrantes tinham um padrão de fecundidade mais alta, independente do padrão do país de origem. Aliás, os dados de Balhana²⁵ para a colônia de Santa Felicidade, próxima de Curitiba, assim indicam. Por exemplo, a idade média do primeiro casamento para as italianas de Santa Felicidade era de 20,7 anos no período de 1888-1909, enquanto para as suas patricias que ficaram na Itália era de 25,1 no período de 1881-85 e 24,8 entre 1896-1900. Na última década do século passado, o número médio de filhos por mulher era de 9,92 em Santa Felicidade e 4,6 na Itália.

Para o período de 1915 a 1927, Sawyer estimou as taxas de fecundidade geral das mulheres imigrantes e brasileiras residentes na cidade de São Paulo, mostrando que os níveis das imigrantes eram sempre maiores do que das nativas.²⁶ É possível que a mesma diferença tenha ocorrido também no final do século XIX.

²⁴Tilly, Charles. op. cit. p. 32.

²⁵Balhana, Altiva P. Nupcialidade e fecundidade. In: *Anais do Primeiro Encontro Nacional*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978. p. 423-53.

²⁶Ver: Sawyer, Diana R.T.O. Mortality—fertility relationship through historical socio-economic change: the case of São Paulo, Brazil. Tese de doutoramento. Harvard University, 1979. p. 230.

Estas informações parecem indicar que no final do século XIX estabeleceram-se no Brasil, condições para o casamento precoce. Inferindo-se pelas estimativas das taxas brutas de natalidade, parece que as taxas específicas de fecundidade médias do país seriam relativamente altas e não se tem evidências de uso generalizado da prática anticoncepcional. Este quadro parece ter perdurado para a maioria da população brasileira até, aproximadamente, o início da década de 60. Em todo este período uma proporção significativa da população permaneceu na zona rural e, em consequência, os *indicadores médios de fecundidade brasileira* refletem o peso maior deste segmento da população. Assim, será no estudo da organização da produção agrícola que se poderão entender as possíveis relações existentes entre população e economia que teriam afetado o crescimento populacional, em geral, e os níveis de fecundidade, no particular, no Brasil, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Neste item, tentarei indicar como em duas situações típicas da economia agrícola de exportação — cafeeira e açucareira — a organização do trabalho poderia ter estimulado a manutenção de um padrão de fecundidade relativamente alta. Basicamente estarei argumentando que o arranjo institucional nestas economias favorecia a manutenção de um padrão de alta fecundidade e que o mecanismo de preços não teria afetado direta ou decisivamente o padrão de vida da população no sentido de induzir os casais a tomarem decisões relativas ao tamanho da família. Não estarei supondo que alta fecundidade signifique o máximo biologicamente possível. Aliás, as estimativas disponíveis de taxas de fecundidade total para o Brasil (ver tabela 1) sugerem que, em média, a fecundidade se situou em níveis intermediários entre o máximo já observado em populações humanas e os níveis de fecundidade deliberadamente controlada.²⁷

Cabe salientar, ainda, que esta discussão não pretende explicar os níveis de fecundidade, mas sugerir algumas hipóteses sobre a auto-regulação da fecundidade no Brasil. Entende-se, neste ensaio, por auto-regulação a manutenção, no longo prazo, de um padrão de fecundidade que não é determinado por decisões relativas a um tamanho desejado de família nem limitado pelo teto malthusiano.

Na economia cafeeira de São Paulo, o trabalho foi organizado sob o sistema de colonato. Segundo Holloway, no colonato a renda familiar do colono era constituída de uma parte monetária e outra não-monetária.²⁸ Os salários monetários provinham de três fontes: a) o cuidado anual de um dado número de pés de café que variava com o tamanho da família; b) a colheita do café, cujo contrato também se fazia com a família do colono e pagava-se por alqueire

²⁷O máximo já observado na literatura seria a fecundidade marital das huteritas — 12,6 filhos, em média, por mulher casada. Ver: Coale, Ansley J. The decline of fertility in Europe from the French Revolution to World War II. In: Behrman, S.I.; Corsa Jr., Leslie & Freedman, Ronald, ed. *Fertility and family planning*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1971. p. 3-24.

²⁸Holloway, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885—1915 — uma análise preliminar. *Estudos econômicos*, 2 (6): 145-80, 1972.

trabalhado; c) o trabalho diário em volta da fazenda, que, do ponto de vista da renda monetária do colono, era menos importante. A parte não-monetária era decorrente da cessão de terra para que os colonos pudessem cultivar seus alimentos, entre eles milho, feijão e animais domésticos, e da moradia gratuita.

Na segunda metade do século XIX, a economia cafeeira estava em expansão e um de seus problemas centrais era a escassez de mão-de-obra.²⁹ A imigração internacional, no final do século, fortemente subsidiada no caso da economia cafeeira de São Paulo, supriu de mão-de-obra a expansão econômica.

O sistema de colonato reduziu o custo de subsistência da força de trabalho e teria evitado pressões sobre os salários monetários.³⁰ *Alguns aspectos deste sistema sugerem seu efeito positivo sobre o tamanho da família.*

Primeiro, a renda familiar só poderia crescer com o tamanho da família. De um lado, porque o contrato de trabalho era celebrado com a família e os salários monetários eram baseados em tarefas (pés de café e alqueire trabalhado). Assim maior a família, maior o salário monetário. De outro lado, a família maior teria vantagens na produção doméstica de alimentos, quer pelas *economias de escala*, quer pela possibilidade da *divisão do trabalho*. Nos dois casos, os custos incrementais da produção doméstica se reduziriam com o aumento do tamanho da família. É claro que o tamanho da família não cresce indefinidamente a ponto de atingir retornos decrescentes, a não ser que o tamanho da terra para cultivar seja muito pequeno. Há de se pesquisar qual seria a quantidade de terra disponível a cada família e sua relação com o número de filhos; mas como quase toda a literatura fala em abundância de terra, não me parece plausível imaginar a redução no tamanho da família em função da escassez de terra na região de São Paulo na segunda metade do século XIX.

Segundo, parte dos imigrantes, que se dirigiram para as fazendas de café, tinha que pagar, com o seu trabalho, parte dos custos de seu transporte (parceria com endividamento na definição de Balan).³¹ Isto impunha aos colonos um encargo financeiro, que só poderia ser liquidado com os frutos da produção de sua família. Dentro do sistema de colonato, a maneira mais simples (ou única opção possível) era aumentar sua produção através do trabalho familiar (mais filhos trabalhando), dado que outra opção, como o aumento de produtividade, por exemplo, através da inovação tecnológica não parece ter sido uma possibilidade viável para os colonos, naquela época.

²⁹Furtado, C. Formação econômica do Brasil. 14 ed. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1961. p. 137-49.

³⁰Alguns autores sugerem que havia uma pressão de aumento nos salários devido à escassez de mão-de-obra por exemplo, C. Furtado. (op. cit. p. 159) e Thomas Merrick e Douglas Graham (op. cit., p. 85). Outros procuram mostrar como o sistema de colonato teve sucesso no sentido de manter baixos os salários. Ver, por exemplo: Rezende, Gervásio C. de. Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10 (1): 179-216, abr. 1980.

³¹Balan, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos Cebrap*, p. 55-75, jun. set. 1973. Ver também, sobre o mesmo ponto: Ianni, Otávio. A classe operária vai ao campo. *Caderno Cebrap*, 24: 14, 1976; Stolcke, Verena. *The "unholly" family*. n.d. mimeogr.

Terceiro, na expansão da economia cafeeira não parece ter havido limitação ao crescimento populacional devido à escassez de terra. Ao contrário, os fatores econômicos (disponibilidade de terras e expansão da demanda de mão-de-obra) e a organização das relações sociais de produção teriam favorecido o casamento precoce e a sua consequência, na ausência de controle deliberado da natalidade, altos níveis de fecundidade marital. Assim, a melhoria do padrão de vida e maiores oportunidades econômicas teriam estimulado mais uniões e uniões mais cedo. Não existem indicadores seguros do padrão de vida nesta época. Fala-se em misérias nas fazendas de café e na manutenção de salários baixos. Rezende apresenta dados sobre as taxas de salários nas três atividades remuneradas monetariamente e conclui que “a economia cafeeira constitui para si mesma um engenhoso mecanismo que lhe permitiu uma expansão fantástica em condições de oferta ilimitada de mão-de-obra”.³² Mas o padrão de vida dos colonos não pode ser inferido apenas através dos níveis salariais, uma vez que parcela considerável de seu cesto de bens era suprida pela produção doméstica. A produção de alimentos excedente era, ainda, comercializada pelos colonos. É bem possível que, a despeito dos níveis salariais, o padrão de vida dos colonos não estivesse perto do mínimo fisiológico. De fato, Holloway conclui: “Qualquer discussão sobre a relação entre salários e o custo de vida deve levar em conta a importância da renda não-monetária, de um lado, desde que os itens alimentos e moradia provavelmente compõem cerca de 70 por cento do custo de vida de uma família de trabalhadores; e, de outro lado, o limitado número de bens que o colono necessitava comprar. Usando os preços dos alimentos como um indicador do custo de vida nas áreas rurais, podemos considerar que, desde que os colonos do café eram produtores de gêneros alimentícios, eles se beneficiariam momentaneamente de uma elevação no preço de mercado do milho e feijão. Produzindo grande parte de seus próprios alimentos, a família do colono foi largamente protegida contra tais aumentos de preços nos gêneros alimentícios. Finalmente, uma flutuação nos salários monetários (...) implicaria em uma menos que proporcional flutuação na renda total.”³³

Se observarmos que a produção alimentícia dos colonos era relativamente diversificada, é possível concluir que eles não devem ter enfrentado crise de produção e seu padrão de vida, seguramente, esteve sempre acima do mínimo fisiológico. Nestas circunstâncias, a família grande poderia ter tido uma função importante no aumento da renda familiar do colono.

Quarto, um outro fator que deve ter favorecido o casamento precoce e as proles maiores seria o interesse dos próprios empregadores. Sabe-se que o problema de mão-de-obra era crucial para a produção cafeeira. Os proprietários das fazendas de café tinham consciência deste problema. Pode-se pensar que os empregadores deveriam estimular o casamento de seus empregados uma vez que, casado, o trabalhador “potencialmente” poderia criar hábitos de estabilidade

³²Rezende, Gervásio C. de. op. cit. p. 192-6.

³³Holloway, Thomas H. op. cit. p. 168-9.

e produtividade. O sistema de contrato de trabalho familiar é uma indicação da preferência do empregador por trabalhador casado. O costume de o patrão ser o padrinho de filhos de empregado é outro indicador. Se o patrão reprovasse o crescimento da família, ele talvez nunca aceitasse esta situação.³⁴

O arranjo institucional do trabalho na economia açucareira do Nordeste parece ter tido o mesmo resultado do ponto de vista demográfico. Nesta região, contudo, as evidências são de pressão demográfica. Segundo Furtado:

“Em algumas sub-regiões, na segunda metade do século XIX, os sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes. O desenvolvimento da cultura algodoeira nos primeiros decênios do século havia permitido uma diversificação da atividade econômica, o que contribuiu para intensificar o crescimento da população. Nos anos sessenta, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela Guerra Civil nos Estados Unidos, a produção de algodão se intensifica e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade. Essas ondas de prosperidade iam contribuindo, entretanto, para criar um desequilíbrio estrutural na economia de subsistência, à qual sempre revertia a população nas etapas subsequentes. Esse problema estrutural assumia extrema gravidade por ocasião da prolongada seca de 1877-80, durante a qual desapareceu quase todo o rebanho da região e pereceram de cem a duzentas mil pessoas.”³⁵

É provável, embora não existam evidências, que os níveis de fecundidade também tenham respondido às crises de produção e às secas no período anterior às migrações internas. O sistema de morador nas fazendas de açúcar, conforme descrito por Rezende,³⁶ teria, todavia, favorecido o desenvolvimento de proles grandes. O acesso à terra para a produção de alimentos e a permissão para residir na fazenda sem custos de aluguel teriam rebaixado o custo de subsistência da força de trabalho. Mas as evidências sobre o padrão de vida sugerem, talvez, que esta população estivesse mais próxima do mínimo fisiológico de sobrevivência. Neste caso, mais do que qualquer outro fator, o alto nível de mortalidade deve ter condicionado um padrão de casamento precoce. Mais recentemente, na década de 30, a média das esperanças de vida ao nascer das populações do Nordeste central (estado do Ceará a Alagoas) era de 34,7 anos.³⁷ Não é difícil supor que nos períodos de crise da segunda metade do século XIX, a es-

³⁴E. A. Wrigley, (op. cit. p. 118) fez uma observação semelhante a esta relação às sanções ao casamento precoce na Inglaterra. Diz Wrigley que em muitas regiões, para se casar, o jovem necessita da permissão do proprietário da terra. Se este fosse contrário à multiplicação do domicílio, poderia dificultar o casamento de seus trabalhadores.

Stolcke (op. cit.) observa que os imigrantes que vinham acompanhados de suas famílias tinham menos propensão a abandonar as fazendas. Ela salienta, ainda, que a noção ideológica, predominante entre os proprietários de terra, da família como unidade solidária implicava a crença de que uma pessoa não fugiria abandonando atrás sua família.

³⁵Furtado, C. op. cit. p. 154.

³⁶Rezende, Gervásio C. de. op. cit. p. 205-9.

³⁷Magno de Carvalho, José Alberto. op. cit. p. 534

perança de vida ao nascer dos moradores nas fazendas de açúcar deveria ter atingido níveis inferiores aos da década de 30.

A organização do trabalho também favorecia níveis de fecundidade mais altos. Se o sistema de parceria atual for uma extensão da organização do trabalho nas fazendas de açúcar, poder-se-ia aplicar para esta as mesmas conclusões tiradas por Ozório de Almeida sobre a relação entre parceria e tamanho de família, quais sejam:

“O sistema de parceria no Nordeste constitui um acordo institucional que regula um conjunto específico de transações entre parceiros e donos de terra. Camponeses sem terra ganham acesso à mesma e a serviços de armazenamento de alimentos durante períodos de carência. Os donos de terra, por outro lado, obtêm acesso ao trabalho familiar graças à sobreposição de ciclos de vida de membros individuais. Intrínseca a essa relação é o endividamento decorrente do consumo de alimentos e retenção ou penhor da safra. O seu efeito a curto prazo consiste em prover um incentivo ao aumento da contribuição de trabalho da família e a especialização na safra comercial. O seu impacto a longo prazo aparentemente estimula o aumento do tamanho da família, tanto pela redução dos custos de grandes famílias quanto pela elevação de seus benefícios não apenas para os parceiros, mas também para os donos da terra. O regime de parceria, por conseguinte, parece estar vinculado à alta fecundidade.”³⁸

Mas com o declínio da mortalidade, o aumento do tamanho da família deveria agravar a pressão demográfica e provocar talvez a ocorrência de um *check malthusiano*, quer pela elevação da mortalidade quer pela queda da fecundidade, a não ser que o padrão de vida dessa população estivesse acima do mínimo fisiológico. Todavia, nesta região, o ajustamento da população parece ter ocorrido através das imigrações que se intensificaram durante a primeira metade do século XX. As emigrações, predominantemente de jovens adultos, devem ter impedido (ou atenuado) o crescimento do tamanho das famílias ou a multiplicação mais rápida de unidades familiares, possibilitando a manutenção da estrutura familiar no trabalho, aproximadamente semelhante à existente historicamente quando a mortalidade era ainda mais alta.³⁹ Desta forma, as emigrações teriam evitado a queda do padrão de vida e possibilitado a estabilidade dos níveis de fecundidade.

Em resumo, parece que as bases para um padrão de casamento precoce e altos níveis de fecundidade no Brasil se consolidaram na segunda metade do século XIX, através da generalização da produção de subsistência dentro das economias cafeeira e açucareira. É possível, embora não existam evidências, que este padrão tenha ocorrido, também, nas economias de subsistência independentes. Se forem verdadeiras as hipóteses de que a alta mortalidade e abundân-

³⁸Ozório de Almeida, Ana Luiza. Parceria e tamanho da família no Nordeste brasileiro. *Pesquisa e planejamento econômico*, 7 (2): p.330, 1977.

³⁹Esta hipótese foi contemplada por: Friedlander, Dov. Demographic responses and population change. *Demography*, 6: 359-81, 1969.

cia de terra teriam contribuído para a ocorrência de casamentos precoces, é possível estender-se o argumento para toda a economia de subsistência.

Em suma, neste tipo de economia o acesso aos bens de subsistência se dava sem a intermediação do mercado. O cesto típico de consumo era muito pouco diversificado. A maior parte dos itens de alimentação era produzida domesticamente. Os bens comprados no mercado, muito freqüentemente, o eram no armazém da fazenda através do sistema de “cadernetas”, em que não havia transação monetária. Neste caso, torna-se difícil supor que o casal pudesse ponderar o custo de filho em relação aos custos dos outros bens, como pressupõe a teoria da demanda de filhos. É mais plausível supor-se que o número total de filhos não resultasse de decisão deliberada do casal sobre o tamanho da família.

Do ponto de vista da teoria econômica, a variável relevante é o total de filhos sobreviventes à idade adulta, que denomino de tamanho de família. Este depende do número de filhos nascidos vivos e da probabilidade de sobrevivência à idade adulta. Se a mortalidade era alta (esperança de vida ao nascer em torno de 30 anos), ela não só induziria as pessoas a se casarem mais cedo mas, também, limitaria o tamanho da família. Infelizmente, não existem estimativas de fecundidade marital para o Brasil no período em referência, e as tabelas de sobrevivência disponíveis a nível regional foram construídas somente a partir do censo demográfico de 1940. Segundo tais estimativas, a probabilidade de sobrevivência à idade exata de 15 anos, na década de 30, seria 0,689 e 0,713 para as populações masculina e feminina do Brasil respectivamente.⁴⁰ Se se considerar, para simples especulação, que a probabilidade de sobrevivência aos 15 anos fosse igual a 0,6 no início do século para uma família típica do setor de economia de subsistência, tem-se que a fecundidade total desta família teria de ser igual a 8,3 para que cinco filhos sobrevivessem até a idade de 15 anos. Sob tais condições de mortalidade, para se elevar de cinco a seis sobreviventes até os 15 anos, a taxa de fecundidade total teria de subir de 8,3 para 10 filhos nascidos vivos. Os dados disponíveis de fecundidade total no Brasil não mostram grandes variações no curto prazo (ver tabela 1), sugerindo, então, que o tamanho da família só aumentaria pela queda da mortalidade.

Tem-se, pois, duas opções plausíveis. Primeira, o nível de fecundidade era controlado pelo nível de subsistência (teto malthusiano) e os estímulos econômicos para o aumento do tamanho da família não seriam suficientes para alterar o padrão de vida. Segunda, apesar dos estímulos econômicos da organização da produção de subsistência, haveria forças contrárias que, indiretamente, manteriam os níveis de fecundidade abaixo do máximo possível.

Estas questões deveriam ser investigadas em relação a grupos determinados da população, em regiões e períodos bem específicos. No item seguinte, ten-

⁴⁰Magno de Carvalho, José Alberto. Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940—1970. Ph.D thesis. London School of Economics, 1973.

tarei examinar alguns aspectos relativos à estabilidade da fecundidade no período posterior a 1930 com o objetivo de sugerir hipóteses para investigações futuras.

4. Condições de estabilidade da fecundidade

No item anterior procurei mostrar que a economia de subsistência no Brasil apresentava estímulos, tanto demográficos quanto econômicos, para a existência de altos níveis de fecundidade. Naquele tipo de economia o acesso aos bens de subsistência se dava sem a intermediação do mercado. O cesto típico de consumo era muito pouco diversificado e a maior parte dos itens de alimentação era produzida domesticamente. Os bens comprados no mercado, muito freqüentemente, o eram no armazém da fazenda através do sistema de “cadernetas”, onde não havia transação monetária. Neste caso, torna-se difícil supor que o casal pudessem ponderar o custo do filho em relação aos custos dos outros bens, uma vez que não havia, efetivamente, condições para escolhas alternativas. No longo prazo, contudo, era de se esperar que, com a queda da mortalidade, o tamanho médio de família aumentasse, se, de fato, o saldo líquido entre o trabalho e os custos dos filhos fosse positivo. Isto não parece ter ocorrido no Brasil no período posterior à década de 30.

Os níveis de fecundidade conhecidos para o Brasil referem-se às taxas de fecundidade total, médias de décadas estimadas indiretamente com base nos dados censitários e cobrem um período de 40 anos (ver tabela 1).

Para o país como um todo, observa-se uma queda muito suave, de 6,5 filhos por mulher na década de 30 para 5,8 na década de 60: isto é, uma redução de 11% em 40 anos. Esta tendência ter-se-ia acentuado, contudo, na última década. Enquanto entre 1930-40 e 1950-60 o declínio teria sido de 5%, na última década apenas teria sido de 6%. Poder-se-ia, pois, afirmar que, a nível nacional, a fecundidade permaneceu relativamente estável no Brasil. Análise da estrutura etária da população mostra, igualmente, a mesma estabilidade.⁴¹

É claro que o nível nacional é a média ponderada da fecundidade dos diversos segmentos da população. É possível que para alguns segmentos os níveis de fecundidade tenham-se alterado de maneira mais acentuada ou mesmo flutuado durante o período.⁴²

Todavia, parece que, para aqueles segmentos, cujo peso na média nacional seria maior, as variações foram pequenas. De fato, em apenas três, das 10 regiões, a variação da fecundidade neste período foi igual ou superior a um filho, em média, por mulher. Na Amazônia houve um acréscimo de um filho na taxa de fecundidade total, enquanto em São Paulo e no Extremo Sul, houve uma

⁴¹Magno de Carvalho, José Alberto. *Evolução recente...* cit., p. 541-2.

⁴²Diana R.T.O. Sawyer, (op. cit. p. 226-2) mostrou evidências da flutuação da fecundidade na cidade de São Paulo correspondendo, aproximadamente, aos ciclos da economia brasileira.

Tabela 1

Taxas de fecundidade total e número médio de filhos sobreviventes à idade de 15 anos por mulher, para o Brasil e as 10 regiões, 1930-40 a 1960-70

Regiões	Taxa de fecundidade total					Número médio de filhos sobreviventes ¹				
	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	$\frac{1960-70}{1930-40}$	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	$\frac{1960-70}{1930-40}$
Amazônia	6,9	7,3	8,2	7,9	1,14	4,7	5,2	6,4	6,5	1,38
Nordeste setentrional	7,0	7,0	7,2	7,3	1,04	4,8	5,1	5,6	5,9	1,23
Nordeste central	7,9	7,7	7,4	7,6	0,93	4,9	4,7	4,9	5,4	1,10
Nordeste meridional	6,9	7,3	7,3	7,5	1,06	4,6	4,9	5,4	6,0	1,30
Minas Gerais	7,2	6,8	6,2	6,3	0,88	5,2	5,2	5,1	5,4	1,04
Rio de Janeiro	4,2	4,0	4,5	4,0	0,95	3,1	3,1	3,8	3,5	1,13
São Paulo	5,6	5,1	4,7	4,1	0,73	4,0	4,0	4,0	3,6	0,90
Paraná	5,9	5,9	6,5	6,4	1,08	4,3	4,5	5,4	5,7	1,33
Extremo Sul	6,2	6,2	5,7	5,0	0,81	5,0	5,3	5,1	4,6	0,92
Centro-Oeste	6,2	6,4	6,7	6,5	1,05	4,7	5,1	5,4	5,3	1,13
Brasil	6,5	6,3	6,2	5,8	0,89	4,6	4,6	4,9	4,8	1,04

Fontes: a) taxas de fecundidade total, 1930-40, 1940-50: CARVALHO, J.A.M. Evolução demográfica recente no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10(2):527-54, ago. 1980; 1950-60: PAIVA, C.A. et alii. *O novo padrão demográfico brasileiro e seu impacto sobre alguns setores da política social*. Cedeplar, nov. 1981; 1960-70: CARVALHO, J.A.M. *Fecundidade e mortalidade no Brasil, 1960-70*. Cedeplar, 1978;

b) tabelas de sobrevivência: CARVALHO, J.A.M. Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940-1970. Tese de doutoramento. London School of Economics, 1973.

¹ Número médio de filhos sobreviventes à idade de 15 anos por mulher refere-se à taxa de fecundidade total multiplicada pela probabilidade de sobrevivência à idade exata de 15 anos. As probabilidades de sobrevivência foram estimadas das tabelas de sobrevivência para o Brasil e as regiões considerando-se a razão de masculinidade ao nascer igual a 1,05.

redução de 1,5 e 1,2 filho, em média, por mulher, respectivamente, entre 1930-40 e 1960-70.

Os diferenciais regionais se apresentam bem mais acentuados do que as variações temporais. A diferença entre a maior e a menor taxa de fecundidade total foi de 3,7, 3,6, 3,7, 3,9 em cada uma das respectivas décadas. É impressionante a regularidade destas diferenças ao longo do tempo, embora tenha ocorrido uma mudança na região que apresentou os níveis mais altos. Nas duas primeiras décadas foi o Nordeste central e nas duas últimas foi a Amazônia.

A inexistência de taxas de fecundidade marital constitui-se em uma barreira à análise das tendências do tamanho de família ao longo do tempo.⁴³

Não obstante, procurei estimar o número médio de filhos sobreviventes até a idade de 15 anos por mulher na tentativa de observar o efeito conjunto das variações da fecundidade e da mortalidade infantil e infanto-juvenil. Esta medida subestima o tamanho médio de família porque na estimativa da taxa de fecundidade total estão incluídas todas as mulheres de 15 a 49 anos e não apenas as casadas. Ademais, ocorrendo variações na relação entre as taxas de fecundidade total e fecundidade marital, ocorrerão, conseqüentemente, variações entre as estimativas de filhos sobreviventes que não seriam determinadas pela tendência da mortalidade. Um exemplo seria uma variação muito grande na proporção de mulheres casadas ao longo do tempo. Esta análise torna-se muito difícil dada a impossibilidade da comparação, entre os censos, das categorias de estado civil. Altmann & Wong mostraram que a proporção de solteiros teria caído de 40,74% em 1940, para 36,60%, em 1970. Mas observaram que somente a partir de 1960 estes valores passam a ter significado porque as uniões extra-legais passaram a ser incluídas na categoria de "casados".⁴⁴ Mesmo mantendo todas as reservas possíveis na interpretação destes resultados, algumas tendências mereceriam menção.

O número médio de filhos sobreviventes por mulher para o país como um todo teria permanecido praticamente constante neste período de 40 anos (ver tabela 1), variando de 4,6 para 4,8 do período 1930-40 para o período 1960-70.

Em apenas duas regiões (São Paulo e Extremo Sul) teria ocorrido uma pequena diminuição no número médio de filhos sobreviventes (menor do que 0,5 filho sobrevivente, em média, por mulher). Nas outras três regiões, onde ocorreu queda de fecundidade (Nordeste central, Minas Gerais e Rio de Janeiro), o número médio de sobreviventes por mulher teria aumentado suavemente.

⁴³Em um trabalho recente, Altmann & Wong apresentaram estimativas de fecundidade marital para o Brasil e sete regiões. Tais estimativas indicam que o nível de fecundidade marital no Brasil estaria em torno de 7,64 e 6,68 em 1970 e 1976 respectivamente. Cf. Altmann, Ana M. Goldani & Wong, Laura L.R. Estimativas de fecundidade para o Brasil e suas regiões a partir de informações sobre nupcialidade e fecundidade marital *Seminário Tipos de Família e Fecundidade*. São Paulo, 1981. mimeogr.

⁴⁴Altmann, Ana M. Goldani & Wong, Laura L. R. Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil. In: *Anais do Segundo Encontro Nacional*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1981. v. 1 p. 343-415.

Nas regiões onde houve um aumento da fecundidade, a queda da mortalidade teria contribuído para elevar o número de sobreviventes. Nestas regiões, com exceção da Centro-Oeste, teria ocorrido um acréscimo superior a um filho sobrevivente por mulher entre as décadas de 30 e de 70.

A amplitude entre o maior e o menor valor estimados apresenta uma tendência de aumento ao longo do tempo, de 2,1 em 1930-40 para 3 em 1960-70. Esta diferença é, contudo, inferior àquela encontrada para as taxas de fecundidade total. Até a década de 50, parece que o efeito da mortalidade teria sido no sentido de manter mais homogêneo regionalmente o tamanho médio de família.

Observa-se, também, que algumas regiões que exibiam taxas de fecundidade total abaixo da média nacional apresentavam um número de filhos sobreviventes por mulher acima da média, como no caso do Extremo Sul até a década de 50.

Enfim, estes dados, por mais preliminares e imperfeitos que sejam, estariam indicando que nestes 40 anos não teriam ocorrido mudanças acentuadas no tamanho médio da família, com exceção, talvez, da Amazônia. Esta observação torna-se mais forte, se se lembrar que as estimativas disponíveis indicam uma redução de 1,5 filho na taxa de fecundidade total para o país como um todo, entre 1970 e 1980.

É bastante intrigante uma certa estabilidade nos dados agregados sobre tamanho médio de família. Seria razoável esperar-se um aumento, ao longo do tempo, no tamanho médio da família, acompanhando a elevação no padrão de vida, se se admite certa racionalidade econômica no processo de formação da família. Isto deveria ser ainda mais aparente no Brasil, após os anos 30, quando ocorreu uma queda acentuada da mortalidade. Os dados da tabela 1, ao contrário, indicam que, em algumas regiões, uma suave queda da fecundidade ocorreu ao longo do tempo, mantendo relativamente estável o tamanho médio da família. Esta parece ser a questão mais interessante a ser investigada: quais seriam os fatores determinantes desta estabilidade? Algumas sugestões serão apresentadas a seguir.

Do ponto de vista do desempenho da economia brasileira, pode-se observar que durante o século XX tem havido um aumento da participação do produto industrial no PIB, tendência que se consolidou a partir dos anos 30. Neste processo se intensificaram as migrações e o crescimento urbano.

Até os anos 60, a produção agrícola teria crescido, principalmente pela expansão das áreas cultivadas, mantendo-se predominantemente relações não-assalariadas no trabalho.⁴⁵

Teria sido, exatamente, esta dinâmica peculiar da economia brasileira, onde

⁴⁵Estudando as formas de organização da produção agrícola no Brasil, Lopes propõe quatro tipos — latifúndio, unidades camponesas, unidades familiares produtoras de mercadorias e empresa agropecuária capitalista — dos quais três usam, basicamente, o trabalho não-assalariado. Cf. Lopes, Juarez R. Brandão. Do latifúndio à empresa. *Caderno* 26, Cebrap, 1976.

as formas não-assalariadas de produção agrícola cresceram com a expansão da produção capitalista no setor urbano industrial que teria viabilizado a manutenção do padrão de crescimento demográfico que se generalizou no final do século XIX.

A queda da mortalidade teria dado um aumento no ritmo de crescimento populacional, que, por sua vez, possibilitou tanto a expansão do trabalho não-assalariado na agricultura, quanto o crescimento do proletariado urbano.

Castro, por exemplo, analisa assim este fenômeno:

“Um rápido crescimento demográfico, mantida constante a produtividade da mão-de-obra na agricultura, implica um volume crescente de mão-de-obra disponível para outras atividades. Assim, uma das implicações estruturais mais sérias da aceleração demográfica seria a possibilidade de um rápido crescimento urbano-industrial, sem que isto necessariamente se reflita na estrutura ocupacional (...) A aceleração demográfica combinada com uma oferta elástica de terras permite um gênero de desenvolvimento profundamente desequilibrado, em que o crescimento e diversificação do complexo de atividades urbanas independente da elevação da produtividade (tanto para a liberação de mão-de-obra quanto para a ampliação de excedente) nos meios rurais.”⁴⁶

Parece que se criou, então, uma situação de oferta abundante de mão-de-obra na agricultura, que, somada à abundância de terras, daria condições para a manutenção (ou mesmo reprodução) da economia de subsistência.⁴⁷ Ora, é sob as condições específicas da economia de subsistência no Brasil que o padrão de alta fecundidade se estabeleceu. Tem-se, pois, um processo recorrente pelo qual a alta taxa de fecundidade possibilitou, paralelamente à queda da mortalidade, a reprodução da organização produtiva que a alimentava.

O elemento importante ligando o padrão de fecundidade à forma de organização do trabalho seria que os bens de subsistência, na sua maior parte, provinham da produção doméstica — isto é, não eram monetizados. Vale dizer, as variações dos preços relativos dos bens de subsistência não afetaram o padrão de vida destas famílias. Ao contrário, aqueles que, eventualmente, vendessem seus excedentes no mercado poderiam, inclusive, aumentar sua renda monetária, no curto prazo.

Acredito que a questão mais interessante para ser investigada seria verificar se a fecundidade se aproximava do máximo possível ou se não, quais os mecanismos que a controlavam.

Quanto às variações regionais, parece que teriam ocorrido diferentes mecanismos de ajustamento às possíveis pressões demográficas ocorridas devido ao aumento na taxa de crescimento populacional a partir de 1930.

Nas regiões do Nordeste central, Nordeste meridional e Minas Gerais, a pressão demográfica teria sido atenuada pela intensificação das emigrações. No

⁴⁶Castro, A. Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977, v. 1 p. 112-3.

⁴⁷Oliveira, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções Cebrap*, 1:17, 1975.

Extremo Sul, onde teria ocorrido uma crescente divisão no tamanho dos estabelecimentos rurais e a forma característica da organização do trabalho agrícola era a de unidades familiares produtoras de mercadorias, parece que o ajustamento se fez pela queda da fecundidade.

Nas regiões de fronteira agrícola, ao contrário, dada a disponibilidade de terras, teria ocorrido um aumento de tamanho médio de família.⁴⁸ Nestes casos, a queda da mortalidade, aliada a um aumento de fecundidade, teria possibilitado um aumento no tamanho da família. Todas, porém, variações muito modestas na média.

Em suma, ter-se-ia uma articulação interna à economia de subsistência que estimularia um padrão de alta fecundidade e outra articulação externa que, através das migrações, atenuaria as pressões sobre o padrão de vida, evitando-se uma queda da fecundidade — exceto, talvez, nas unidades familiares produtoras de mercadorias do Extremo Sul. Na ausência dos possíveis efeitos do mecanismo de preços, os níveis de fecundidade permaneceriam relativamente constantes e o tamanho da família seria regulado pela variação da mortalidade. Como uma parcela maior da população vivia sob este regime, os indicadores médios de fecundidade não apresentavam grandes variações. Parece que o acesso aos bens de subsistência através da produção doméstica, e não através do mercado, teria protegido as famílias contra os efeitos da inflação sobre o padrão de vida. Sob as condições prevalentes de mortalidade, seria necessário o nascimento de aproximadamente duas crianças para o aumento de um sobrevivente adicional à idade de 15 anos. Para a maioria das regiões os níveis de fecundidade marital deveriam situar-se entre sete e oito filhos por mulher, se se tomam como referência os dados da tabela 1. É pouco provável que tenha ocorrido um aumento da fecundidade para possibilitar a elevação do padrão de vida através da expansão da produção doméstica. Dadas as condições de mortalidade, parece que as possibilidades de aumento no tamanho da família, via fecundidade, teriam sido insuficientes, a partir de um determinado tamanho de família, para elevar o padrão de vida, como se verá adiante.

Cabe, finalmente, especular a respeito dos efeitos do padrão de vida sobre os níveis de fecundidade. Acredita-se que o nível do padrão de vida seria relativamente baixo. Todavia, no longo prazo, as evidências não indicam uma queda no seu nível. Por exemplo, o produto agrícola no Brasil, desde o começo do século até o início da década de 60, cresceu a taxas superiores às daquelas do crescimento da população. O produto agrícola refere-se àqueles de consumo interno e aos de exportação. Todavia, dado o sistema de produção de gêneros alimentícios no Brasil — basicamente em atividades de subsistência e outras formas não-assalariadas — pode-se supor que não teriam ocorrido crises prolongadas na sua produção. Assim, seria mais razoável supor um aumento no nível do padrão de vida, no longo prazo. A tendência de queda nos níveis de mortalidade

⁴⁸Sobre este ponto, ver: Merrick, Thomas W. Fertility and land availability in rural Brazil. *Demography*, 15: 321-6, 1978.

seria, talvez, outra sugestão de que o padrão de vida não teria caído. Se o padrão de vida caísse e a população vivesse no nível mínimo de subsistência, os níveis de mortalidade tenderiam a subir. É mais plausível pensar-se que no longo prazo o padrão de vida teria favorecido altos níveis de fecundidade.

A experiência brasileira parece ser um bom exemplo de um tipo de articulação entre crescimento populacional e desenvolvimento capitalista com o contexto institucional afetando o comportamento reprodutivo. A organização do trabalho sob formas não-monetárias e através de contratos familiares de trabalho favoreceria a emergência de grandes famílias, como teria ocorrido nos sistemas de colonato, de morador, etc. Isto se deve também aos altos níveis de mortalidade, principalmente no Nordeste, que teriam induzido a casamento em idades mais jovens. Acesso aos meios de subsistência através da produção doméstica teria protegido as famílias contra os impactos das variações de preços. O saldo líquido das despesas e da renda de cada filho seria positivo, mas isto não ocorreria indefinidamente. Embora o casamento precoce permitisse ter muitos filhos, não seria vantajoso para um casal tê-los em idades muito avançadas, porque o saldo econômico destes filhos seria negativo. O ponto de equilíbrio poderia ter permanecido em torno de quatro a cinco filhos sobreviventes por mulher de 15 a 49 anos, conforme sugerem os dados da tabela 1. Isto determinaria um dado padrão de família. O que pretendo enfatizar é que, na organização doméstica de produção, os custos dos filhos não eram afetados pela variação de preços desde que os itens do consumo familiar não eram adquiridos no mercado. Este foi o principal fator para a estabilidade da fecundidade. Outro fator seria o saldo líquido entre custos e renda de cada filho. Este saldo não seria igual para todos os filhos ao longo do ciclo vital da família. Seria maior para os primeiros filhos, cuja contribuição econômica para a família seria também maior. Aqueles filhos que ainda fossem muito jovens quando da morte do pai (ou separação do casal) apresentariam um saldo negativo para a família. Do ponto de vista da racionalidade econômica, os casais não teriam filhos indefinidamente, de sorte que existiriam condições favorecendo a regulação do tamanho da família.

5. A desestabilização da fecundidade

Tentei caracterizar nas páginas anteriores, de forma bastante esquemática, uma lógica na relação entre o tamanho de família e o sistema através do qual as famílias “camponesas” tinham acesso aos bens de subsistência. O ponto central desta lógica me parece residir na ausência de transações monetárias ou, no seu oposto, no fato de que a reprodução da família se fazia diretamente através do trabalho doméstico. Neste processo, não me parece que haveria motivação aparente para o casal limitar deliberadamente o número de nascimentos, posto que isto implicaria limitar, também, o volume de bens a ser distribuído para os membros da família.

De um lado, a organização doméstica da produção fez amplo uso do trabalho dos filhos. De outro lado, com o acesso aos meios de subsistência através de sua própria produção, as famílias tiveram um enorme controle sobre seu nível de subsistência, dentro dos limites da disponibilidade dos recursos e do uso amplo da tecnologia.

O processo de proletarização parece ter rompido este sistema tanto em relação à organização do trabalho quanto ao padrão de consumo. Proletarização não significa apenas mudança na forma de retribuição do trabalho (assalariamento do trabalho), mas também a extensão das relações de trocas mercantilizadas em outras dimensões da vida humana. O impacto da mercantilização das relações sociais se faz sentir nas transformações do comportamento das pessoas, através da incorporação de riscos, da possibilidade de uso de opções alternativas e, sobretudo, da submissão aos padrões e possibilidades de consumo relativos ao nível de renda real disponível.

A partir da segunda metade dos anos 60, várias transformações, que estavam ocorrendo na estrutura econômica e social do Brasil, se intensificavam com o último ciclo de expansão da economia. Relativamente às atividades agrícolas, os dados disponíveis dos censos demográficos indicam uma intensificação, na década de 70, na participação relativa do trabalho assalariado na agricultura (tabela 2). A precariedade destes dados não me permite tirar conclusões seguras sobre um processo de transformação estrutural que, provavelmente, já vinha ocorrendo há vários anos.

Lopes, no entanto, aponta outros aspectos das transformações nas relações de produção na agricultura brasileira que indicam, mais claramente, a intensificação do processo de mercantilização da reprodução da força de trabalho agrícola no Brasil.⁴⁹ Entre elas, vale salientar, primeiro, que, desde 1950, teria ocorrido uma queda no número absoluto de parceiros, agregados e moradores, que, entre os trabalhadores permanentes, são as categorias cuja remuneração principal não é assalariada.⁵⁰ Segundo, que estaria havendo uma expansão contínua do setor de produção familiar, que difere substantivamente da dinâmica do campesinato. Assim, conclui Lopes:

“Central na sua dinâmica estava a capacidade do campesinato de sobretrabalho e subconsumo, o qual ligava-se de forma básica à relativa desvinculação face ao mercado. Para a produção familiar mercantil, situado em área onde a vida econômica acha-se totalmente transpassada pelas relações mercantis, sobretrabalho e subconsumo estão fora do seu horizonte de possibilidades.”⁵¹

Para a discussão do impacto sobre o tamanho da família, mudanças qualitativas no tipo de acesso aos meios de subsistência e ao padrão de consumo das famílias não-assalariadas seriam mais importantes do que o simples assalaria-

⁴⁹Lopes, Juarez R. Brandão. *O emprego rural no Brasil (1940—1975)*; uma perspectiva de classe. Trabalho apresentado ao Seminário Metodológico sobre Força de Trabalho. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, set. 1981. mimeogr.

⁵⁰Id. *ibid.* p. 5-6.

⁵¹Id. *ibid.* p. 15-6.

Tabela 2

Trabalho assalariado como percentagem da população economicamente ativa
Brasil — 1940-77

	1940	1950	1960	1970	1972	1976	1977	Variação anual média (%)	
								70-50	77-72
<i>Total das atividades</i>									
Total	45,6	50,6	47,9	55,2	55,5	61,6	62,6	0,87	2,40
Homens	46,3	48,4	45,7	51,2	55,1	60,4	62,5	0,56	2,52
Mulheres	42,9	64,0	58,0	70,2	56,5	64,7	62,7	0,92	2,08
<i>Atividades agrícolas</i>									
Total	33,3	34,1	25,8	25,4	28,1	32,5	35,4	-2,92	4,60
Homens	35,4	34,9	26,7	26,3	31,4	35,7	39,8	-2,81	4,72
Mulheres	20,3	24,4	17,0	17,1	16,6	20,8	22,2	-3,52	5,77
<i>Atividades não-agrícolas</i>									
Total	69,4	75,4	73,9	79,2	75,0	78,2	78,2	0,49	0,84
Homens	72,2	73,4	73,3	77,1	73,8	76,8	77,5	0,49	0,71
Mulheres	62,7	81,1	75,7	84,0	75,3	80,9	79,6	0,35	1,11

Fontes: 1940-70 — censos demográficos; 1972-77 — PNAD.

mento da mão-de-obra. Uma parcela considerável de famílias rurais é, ainda atualmente, constituída de pequenos produtores rurais que não usam trabalho assalariado permanente. A produção destas famílias é altamente especializada, obrigando-as a recorrer ao mercado para a aquisição de alimentos e outros bens. Muito embora se pudesse argumentar que, do ponto de vista da organização do trabalho, estas unidades domésticas de produção não seriam diferentes daquelas que existiram no Brasil até o final dos anos 60, seus padrões de consumo e seus acessos aos bens de subsistência são bastante distintos.

Assim, ter-se-ia rompido a lógica de articulação entre tamanho de família e produção agrícola e, conseqüentemente, desestabilizado os níveis de fecundidade no Brasil, através de três processos principais: a) a monetização da subsistência destas famílias, sujeita agora às variações de preços; b) a diversificação do cesto de consumo à medida que a renda monetária cria acesso à aquisição de bens industrializados; c) a homogeneização do mercado de trabalho não-qualificado, que abre possibilidades diferenciadas de emprego e desemprego para os diferentes membros da família.

Relativamente à monetização, pode-se supor que ela teria eliminado as vantagens de escala e a divisão do trabalho que, na situação anterior, estimulariam uma fecundidade maior. Isto implicaria aumento dos custos de subsistência da força de trabalho de vários modos: a) diretamente, através da incorporação do custo monetário em vários itens do cesto de bens, tais como habitação; b) através do aumento dos custos de alimentos adquiridos no mercado, a que se somam os lucros pagos nas diversas fases de comercialização; c) através do aumento do custo de alimentos sujeitos, talvez, a preços de oligopólio no mercado.

Ademais, tendo de recorrer ao mercado, a capacidade de compra da família dependerá, no tempo, da evolução de sua renda monetária relativamente à evolução dos preços dos seus itens de consumo. No caso do Brasil, onde os gastos com alimentação chegam a representar cerca de 55% da despesa mensal das famílias de renda baixa, mudanças acentuadas na estrutura de preços, tornando relativamente mais caros os alimentos, afetam o padrão de vida destas famílias, cuja flexibilidade para ajustamento praticamente inexistente.

Homem de Melo aprofundou o estudo das variações dos preços de alimentos ao consumidor estimando índices de preços por classes de despesa familiar para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e as regiões Sul e Nordeste.⁵² Os dados de orçamento familiar da Endep levantados nos anos de 1974/75 são os únicos disponíveis para as diversas regiões do Brasil. Estes dados também possibilitam o estudo de dispêndios por diferentes níveis de renda familiar. Existe, contudo, alguma restrição quanto à utilização da estrutura de consumo por um período relativamente longo. Principalmente quando ocorrem variações acentuadas na estrutura de preços relativos, o perfil de consumo das famílias pode

⁵²Homem de Melo, Fernando. Disponibilidade de alimentos e efeitos distributivos: Brasil, 1967/79. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 12 (2): 343-98, ago. 1982.

Tabela 3

Evolução dos índices de preços nominais de alimentação segundo classes de despesas e regiões
1967-79

Ano	Menos de dois salários mínimos				De dois a 3,5 salários mínimos				Até 30 salários mínimos			
	São Paulo	Rio de Janeiro	Sul	Nordeste	São Paulo	Rio de Janeiro	Sul	Nordeste	São Paulo	Rio de Janeiro	Sul	Nordeste ¹
1967	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1968	124	122	124	124	122	120	122	122	122	119	120	120
1969	162	157	159	155	155	150	154	150	151	145	147	147
1970	197	192	193	191	190	184	187	185	185	178	180	181
1971	245	240	240	242	234	228	231	231	227	220	222	223
1972	290	285	292	300	275	267	277	280	267	261	264	268
1973	370	375	370	402	356	354	357	374	356	352	351	356
1974	510	506	509	528	488	478	487	498	479	475	476	479
1975	677	660	647	712	642	626	619	658	603	582	580	606
1976	923	905	871	1.018	866	841	824	912	818	770	773	817
1977	1.252	1.232	1.200	1.383	1.181	1.146	1.134	1.242	1.127	1.066	1.067	1.124
1978	1.737	1.723	1.660	1.925	1.678	1.655	1.618	1.768	1.643	1.593	1.576	1.631
1979	2.725	2.698	2.567	3.038	2.621	2.575	2.489	2.770	2.539	2.468	2.436	2.542

Fonte: Homem de Melo, F. op. cit. p. 387-90.

¹Para o Nordeste, estes índices referem-se à classe de despesas acima de sete salários mínimos.

alterar-se. O consumo familiar poderá alterar-se ao longo do tempo devido a vários outros fatores. Outra precaução com relação aos índices da tabela 3 prende-se ao uso dos preços de São Paulo para outras regiões do Brasil. As estimativas de preços ao consumidor que têm sido feitas pelo IBGE para o cálculo do Índice Nacional de Preços aos Consumidores (INPC) têm apontado diferenças acentuadas entre os preços nas diversas áreas metropolitanas. Não existem, contudo, séries de preços de alimentos ao consumidor comparáveis regionalmente que cubram o período em questão. Estas observações sugerem que a interpretação dos dados da tabela 3 deva ser realizada com bastante cautela.

A primeira observação que pode ser feita com base na tabela 3 é quanto à acentuada diferença na evolução dos preços entre as diversas classes de despesas dentro de cada região. A tabela 3 apresenta apenas três classes de despesas: famílias com despesas mensais inferiores a dois salários mínimos, famílias com despesas mensais entre dois e 3,5 salários mínimos e famílias com despesas mensais superiores a 30 salários mínimos. No caso do Nordeste, a classe de despesa mais alta refere-se a despesas mensais acima de sete salários mínimos. Verifica-se que em 1979, relativamente a 1967, em São Paulo o grupo de famílias mais pobres tinha experimentado um aumento de preços de alimentação 7,3% maior do que o grupo de famílias mais ricas.⁵³ No Sul, este aumento relativo foi de 5,4%, no Rio de Janeiro, de 9,3% e no Nordeste, de 19,5%. O Nordeste é a região mais pobre entre as quatro apresentadas nesta tabela e onde o preço da alimentação das famílias mais pobres cresceu mais, relativamente ao aumento do preço da alimentação das famílias mais ricas.

A segunda observação refere-se às diferenças entre as diversas regiões. Considerando-se ainda o índice acumulado no período de 1967-79, verifica-se que para o grupo mais rico praticamente não houve diferença entre o Nordeste e São Paulo. A diferença se acentua nos grupos mais pobres. Para o grupo de despesas de menos de dois salários mínimos, o aumento de preços no Nordeste foi de 11,5% maior do que em São Paulo no período de 1967-79. O mesmo padrão ocorre com todos os pares de regiões, podendo-se afirmar, como hipótese, que a variação na evolução dos preços de alimentação entre as regiões é tanto maior quanto mais baixa for a classe de renda. As diferenças são também maiores quando se compara o Nordeste com as outras regiões. Nestas diferenças estão embutidos os pesos relativos dos diversos itens de alimentação no consumo das famílias com níveis diferentes de renda, cujos preços variaram diferentemente no período. Por exemplo, no Nordeste o feijão e a farinha de mandioca têm uma participação relativa muito maior no grupo de despesas menor que dois salários mínimos do que em qualquer outra região ou grupo familiar. Estes produtos sofreram queda absoluta de produção a partir de 1965 e, em consequência, seus preços relativos se elevaram acima da média.

⁵³Estas estimativas foram calculadas dividindo-se os índices das classes de despesas mais baixas pelo índice das classes de despesas mais altas em 1979, para todas as regiões.

Nesta situação, um aumento acentuado nos preços de alimentos fez encarecer o custo dos filhos, dado o peso relativo de alimentos no consumo das crianças. Não podendo recorrer à produção doméstica e com seus rendimentos crescendo menos do que os preços de alimentos, as famílias nesta situação estariam estimuladas a controlar seus nascimentos.

Pensando-se em uma situação onde ocorrem mudanças na estrutura de preços relativos no sentido descrito e migração rural urbana, pode-se supor que o custo dos filhos aumentará relativamente à situação anterior. Se forem considerados outros itens, como custo de habitação, custo de transporte entre a residência e o local de trabalho, custo de utilidades públicas (água, luz, etc.), ter-se-á, então, um aumento real e permanente no custo dos filhos, comparando-se uma família assalariada urbana de renda baixa e uma família rural que produz seus bens de subsistência. Não havendo um aumento na renda monetária que compense esta diferença, dificilmente a família urbana poderá sustentar tantos filhos quanto uma família rural.

Isto parece ter ocorrido no Brasil no final dos anos 60 e início dos anos 70, quando o salário real urbano dos trabalhadores não-qualificados caiu.⁵⁴

Em relação à diversificação no cesto de bens, as evidências disponíveis apresentam um aumento na aquisição de bens duráveis de consumo por parte das famílias urbanas de baixa renda.⁵⁵ Muito embora não existam evidências bastantes, pode-se supor que isto ocorreu também entre as famílias rurais das regiões mais desenvolvidas do país. Magno de Carvalho, Paiva & Sawyer⁵⁶ sugerem que mudanças no padrão de consumo das famílias urbanas de renda mais baixa, através da incorporação de bens duráveis, poderiam afetar o comportamento reprodutivo destas famílias. Merrick & Berquó avançaram mais ainda este argumento afirmando:

“Tem sido sugerido que as famílias de renda média e baixa, particularmente nas áreas urbanas, elevaram suas expectativas de consumo durante o início do último ciclo de expansão econômica do Brasil e começaram a satisfazer essas expectativas através da compra crescente de casas, bens duráveis e mesmo automóveis. A maioria destas compras eram feitas pelo crediário, com longo prazo de pagamento em prestações com correção monetária. O tratamento desigual dos sistemas de indexação das obrigações de crédito e salários forçou essas famílias a alocar uma proporção crescente de sua renda mensal para saldar tais prestações. Nestas circunstâncias, evitar os custos de um filho adicional foi uma

⁵⁴Evidências sobre este ponto estão em Paulo Paiva (op. cit.) e José Alberto M. de Carvalho, Paulo Paiva e Donald Sawyer, (op. cit.).

⁵⁵Para evidências deste ponto, ver: Saboia, João. *As causas da difusão da posse dos bens de consumo duráveis no Brasil*. Rio de Janeiro, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, Anpec/PNPE, fev. 1983. (Série Fac-Simile nº 4.) Para uma discussão mais profunda sobre as inter-relações entre as estruturas de renda, consumo e produção na experiência do recente crescimento econômico do Brasil, ver: Bonelli, Regis & Vieira da Cunha, Paulo. Crescimento econômico, padrão de consumo e distribuição de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11 (3): 703-56, 1981.

⁵⁶Magno de Carvalho, José Alberto; Paiva, Paulo & Sawyer, Donald R. op. cit.

opção, (...) dado crescentes acesso, conhecimento e aceitação dos métodos anticoncepcionais. A rápida queda de fecundidade nestes grupos sugere que, com certeza, esta pode ter sido a sua resposta.”⁵⁷

Mais especificamente no caso das famílias de renda baixa a combinação de um aumento sustentado nos preços relativos de alimentos e o comprometimento de parte da renda familiar em prestações indexadas pelo período de dois a três anos poderia reduzir consideravelmente a parcela da renda familiar que estaria disponível para a manutenção de um filho adicional. Nestas condições, parece ocorrer uma pressão do mercado sobre os escassos recursos familiares, onde os filhos não só deixaram de dar uma contribuição para a renda familiar mas também tiveram seu custo aumentado. Adicionalmente novos itens passaram a compor a pauta de consumo familiar, reduzindo ainda mais a parcela de renda destinada ao consumo direto dos filhos.

Em relação à homogeneização do mercado de trabalho não-qualificado, vários pontos necessitam ser comentados.

Primeiro, uma das principais modificações que ocorreram com as transformações na organização do trabalho agrícola foi a substituição do *colonato* pelo trabalho assalariado nas fazendas de São Paulo. Nesta transição, ocorreram mudanças no sistema de contrato de trabalho. Passou-se do contrato familiar, onde todos os membros da família eram empregados conjuntamente e o volume da tarefa e da renda dependeria do número de trabalhadores,⁵⁸ para o contrato individual de trabalho. Isto trouxe, entre outras coisas, uma incerteza quanto às possibilidades do trabalho dos filhos. Mais ainda, fez cair o valor do trabalho dos filhos e certamente reduziu as certezas quanto à contribuição dos filhos para a renda familiar, principalmente na forma de amparo aos pais na velhice.

Segundo, há uma intensificação nas migrações de origem rural e destino urbano. Parte muito grande dos trabalhadores não qualificados na construção civil (serventes) é de origem rural. De um lado, pode-se imaginar que com a migração ocorre um fluxo de renda urbano-rural, quando os pais permanecem no campo. Isto parece acontecer com muita frequência, principalmente nos períodos de expansão da economia urbana, quando os salários tendem a subir mais do que o salário mínimo. Por outro lado, quando a família toda migra para a cidade, seu custo de subsistência cresce. Outros custos são incorporados, tais como, transporte, educação, etc. Existem ainda certas barreiras para o ingresso de crianças no mercado de trabalho. Grande parte destas famílias residindo em áreas urbanas irá incorporar-se ao contingente de oferta de mão-de-obra tanto para a construção civil quanto para as atividades rurais. Sua absorção irá depender dos movimentos sazonais da produção agrícola e do desempenho da economia urbana. Enfim, estão todos sujeitos às incertezas das flutuações dos ciclos econômicos.

⁵⁷Merrick, Thomas W. & Berquó, Elza. op. cit. p. 83-4.

⁵⁸Ver: Stolleke, Verena. op. cit.

Terceiro, parece que tem havido uma tendência de unificação do mercado de trabalho rural e urbano para os trabalhadores não-qualificados, dada pela convergência dos respectivos salários reais. No estado de São Paulo, o salário rural, que em 1963 representava 51% do salário mínimo urbano, em 1973 chegou a representar 95%. Neste período ocorreu também um aumento no valor real do salário rural em função da extensão da legislação trabalhista do campo. Para enfatizar este aspecto institucional da variação dos salários rurais, Vieira da Cunha recorreu às seguintes observações de Ruy M. Paiva:

“Do ponto de vista do agricultor-empregador, houve uma mudança nas condições de oferta da mão-de-obra. Esta deixou de estar fácil, à sua disposição, passando a exigir dele um entendimento prévio com um ‘contratante’, e também passou a lhe custar mais, na base dos salários mínimos oficiais (sem, aliás, beneficiar integralmente os agricultores, uma vez que lhes descontam o transporte de caminhão e a comissão do ‘contratante’). Além disso, modificou-se também a posição dos grandes agricultores. Receosos da justiça trabalhista, estes passaram a ter pela mecanização agrícola um interesse adicional, possivelmente maior do que o econômico, que é o de evitar o trato com maior número de empregados.”⁵⁹

A tabela 4, organizada por Vieira da Cunha, com base em dados de Bacha,⁶⁰ apresenta a evolução dos índices de salário real urbano e rural para o Brasil entre 1966 e 1977. Pode-se observar que quando deflacionados pelo índice de custo de alimentação estes salários tendem a cair até 1973, como foi mencionado anteriormente. Verifica-se também que a recuperação dos salários rurais a partir de 1974 é bem maior (coluna C). Por mais precários que sejam, estes dados sugerem que não existe uma tendência de redução do salário rural real relativamente a salário real dos trabalhadores urbanos não-qualificados. Assim, seria seguro supor que, em face do mercado de trabalhadores rurais e urbanos não-qualificados tendem a se equivaler. É bem provável que haja uma equivalência nos seus padrões de consumo, aspirações e comportamento reprodutivo. Pelo que foi sugerido anteriormente, o comportamento reprodutivo destes dois segmentos estaria sujeito às mesmas pressões e instabilidades das vicissitudes dos mercados de trabalho e de bens.

Em síntese, a análise do impacto do processo de proletarianização sobre os níveis de fecundidade deve levar em consideração os diversos aspectos das transformações na vida dos indivíduos. Não é apenas uma mudança na forma de remuneração. São mudanças também nos padrões de consumo e a subordinação do acesso aos bens essenciais às variações dos preços relativos.

⁵⁹Paiva, Rui M. Os baixos níveis de renda e salários na agricultura brasileira. In: Contador C., org. *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1975. (Monografia nº 17.)

⁶⁰Vieira da Cunha, Paulo. *Minimum wages in Latin American*; a review. World Bank, June 1983. mimeogr. Estes dados foram originariamente apresentados por: Bacha, Edmar. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9 (3): 585-628, 1979.

Tabela 4

Salário/hora de trabalhadores não-qualificados da construção civil e salário/dia de trabalhadores rurais não-qualificados, Brasil, 1966-77

Ano	Salário/hora de serventes na construção civil ¹ índices de salário real			Salário/dia de diaristas rurais ² Índices de salário real		
	A ³	B ⁴	C ⁵	A ³	B ⁴	C ⁵
1966	—	—	—	104	101,0	95,2
1967	—	—	—	107	112,0	103,0
1968	—	—	—	104	118,0	109,0
1969	98	97	101,0	102	110,0	105,0
1970	100	100	100,0	100	100,0	100,0
1971	103	105	94,5	110	102,0	101,0
1972	105	107	99,1	113	98,7	99,7
1973	104	107	83,3	122	91,4	97,6
1974	105	111	83,3	160	111,0	126,0
1975	111	123	88,4	169	125,0	135,0
1976	111	121	86,8	161	112,0	126,0
1977	112	117	92,6	161	109,0	134,0

Fonte: Bacha, Edmar. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9(3):585-628, 1979. tabelas 9, 10, 12, e 13. Apud: Vieira da Cunha, Paulo. *Minimum wages in Latin America*; a review. World Bank, June 1983. mimeogr.

¹Baseado nas séries do IBGE para as taxas de salário dos serventes em 20 estados da Federação. As médias foram ponderadas de acordo com os procedimentos usados por Dorotheia Werneck, em: *Emprego e salário na indústria de construção*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1978. (Relatório de Pesquisa, n. 40.)

²Baseado nas séries da FGV para 16 estados da Federação, excluídos São Paulo e os estados da Região Norte. A informação é para diaristas.

³Deflator implícito do PIB. Esta e as outras séries de salários reais foram baseadas na média aritmética das taxas mensais do ano.

⁴Deflator: índice do custo de construção civil da cidade do Rio de Janeiro (FGV) e, alternativamente, preços recebidos pelos produtores rurais (IBGE).

⁵Deflator: índice de custo da alimentação do índice de custo de vida da cidade do Rio de Janeiro (dieta H da FGV modificada conforme explicação no apêndice 2 de Bacha (op. cit.)

6. À guisa de conclusão

Neste ensaio tentei ver a transição da fecundidade no Brasil em um contexto de mudanças institucionais. Desta forma, o trabalho foi escrito de maneira exploratória, indicando algumas hipóteses para pesquisas futuras. Parece-me que ao menos três questões mereceriam atenção especial em estudos futuros.

Primeiro, parece-me que os níveis de fecundidade no Brasil, no período pré-transicional, estiveram, em média, abaixo do nível máximo possível que se poderia esperar dada a disponibilidade de recursos, apesar de que eram altos em relação aos padrões internacionais. De acordo com a interpretação das relações entre tamanho de família e produção doméstica, a alta fecundidade seria vantajosa para a família. Uma vez que a organização doméstica de produção tem predominado nas áreas rurais do Brasil, é intrigante o fato de o tamanho médio

da família não ter crescido ao longo do tempo. É possível argumentar-se que existiram condições demográficas e econômicas para explicar os altos níveis de fecundidade. Aquelas seriam os altos níveis de mortalidade e as imigrações internacionais, e estas, as diferentes formas de organização do trabalho, como o *colonato*, sistema de morador, etc. A ausência de relações de mercado no acesso aos meios de subsistência pode ter sido a causa para a estabilidade do tamanho da família no longo prazo.

Segundo, é necessário também se conhecerem as condições para a desestabilização da fecundidade. Usualmente, tem sido dito que mudanças no mercado de trabalho podem levar a uma queda no valor do trabalho dos filhos. Neste ensaio tentei sugerir que, independentemente do que acontece no mercado de trabalho, mudanças no mercado de bens de subsistência podem afetar o comportamento reprodutivo. Especificamente quando as famílias têm de adquirir seus bens de subsistência através do mercado, seu nível de consumo fica sujeito às variações de preços. Por exemplo, uma mudança na estrutura de preços, mantida a renda familiar real, pode levar a mudanças na pauta de consumo. Dado o nível de subsistência, aumentos mais que proporcionais nos preços de alimentos podem significar uma pressão sobre o padrão de vida familiar, cuja resposta poderia ser o controle da fecundidade.

Finalmente, no caso do Brasil, todas estas modificações ocorreram simultaneamente a outras mudanças institucionais que provocaram a intensificação da queda da fecundidade. Diversificação dos padrões de consumo com elevação no consumo de bens duráveis e unificação dos mercados de trabalho não-qualificado no contexto de rápida mudança na estrutura de preços podem ter desempenhado um papel importante no aumento do custo relativo dos filhos e, em consequência, na queda rápida da fecundidade.

Abstract

An attempt is made to assess the impact of changes in labor organization on fertility trends in Brazil. It is suggested that the organization of nonwage labor (*colonato*, sharecropper, sharetenant, etc.) was responsible for the stable fertility level in the pretransitional period. Large family size may have contributed to lowering the costs of subsistence, and price variations seem to have had little effect on the standard of living. The process of proletarianization meant fewer benefits from domestic food production, making a large number of children burdensome. It meant monetization of family subsistence, diversification of consumption goods and services, and homogenization of the unskilled labor market. In this paper, it is argued that these recent changes should have destabilized fertility levels and favored rapid fertility decline since the late 1960's.